

**PROCESSO** - A. I. Nº 087078.0009/04-7  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - SUPERMERCADO VILADOURO LTDA. (MERCADINHO VILADOURO)  
**RECURSO** - REPRESENTAÇÃO DA PGE/PROFIS  
**ORIGEM** - INFAZ VITÓRIA DA CONQUISTA  
**INTERNET** - 04/10/2007

**1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**  
**ACÓRDÃO CJF Nº 0329-11/07**

**EMENTA:** ICMS. EXCLUSÃO PARCIAL DE DÉBITO TRIBUTÁRIO. CONCESSÃO DO CRÉDITO PRESUMIDO. PRIMEIRA INFRAÇÃO. Representação proposta com base no art. 119, II, § 1º, c/c art. 136, § 2º, da Lei nº 9.956/81 (COTEB), em razão de, tratar-se de empresa que, à época do fato, estava enquadrada no SimBahia, sendo devida a concessão do crédito de 8% previsto no art. 408-S, do RICMS. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Representação proposta pela PGE/PROFIS, com fundamento no artigo 119, inciso II, combinado com o art. 136, parágrafo segundo, ambos da Lei nº 3.956/81 (COTEB), propondo que seja reconhecido o direito do contribuinte de obter o crédito de 8% previsto no art. 408-S, do RICMS, com relação à infração 01 da presente autuação, que visa à cobrança de imposto por presunção, em razão da apuração de omissão de saída de mercadoria tributável através de saldo credor de caixa (R\$12.800,68).

A questão foi submetida à apreciação da Assessoria Técnica da PGE/PROFIS, que, no Parecer de fls. 86/88, concluiu pela concessão do crédito, com redução do imposto cobrado na infração para o montante de R\$6.776,83.

A representação proposta pela nobre Procuradora Maria Dulce Baleeiro Costa foi chancelada pelo Procurador Assistente José Augusto Martins Júnior, no despacho de fl. 89.

**VOTO**

Com efeito, o art. 408-S prevê, expressamente a concessão do crédito de 8% às empresas que, à época em que constatada a infração, estavam enquadradas no regime do SIMBAHIA, *in verbis*:

*“Art. 408-S. Quando se constatar qualquer das situações previstas nos arts. 408-L, 408-M, 408-P e 408-R, o imposto será exigido com base nos critérios e nas alíquotas aplicáveis às operações normais, a partir da ocorrência dos fatos que derem causa ao desenquadramento.*

*§ 1º Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, para o cálculo do imposto a recolher, deverá ser utilizado crédito de 8% sobre o valor das saídas computadas na apuração do débito do imposto, em substituição ao aproveitamento de quaisquer outros créditos fiscais”.*

Os demais artigos tratados neste dispositivo versam, justamente, acerca da falta de recolhimento de imposto devido, aplicando-se, portanto, o crédito de 8% à hipótese dos autos, porquanto o autuado, à época do cometimento da infração 01, estava enquadrada no referido regime de recolhimento simplificado do ICMS, como se vê às fl. 76.

Ante o exposto, voto pelo ACOLHIMENTO da Representação, para que o valor da primeira infração seja corrigido para a quantia de R\$6.776,83, remanescendo, porém, o saldo devedor do Auto de Infração no total de R\$17.955,56.

**RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de setembro de 2007.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA – PRESIDENTE

FÁBIO DE ANDRADE MOURA – RELATOR

